

O desenvolvimento de regiões e a sustentabilidade

MARIA ALBERTINA SCHMITZ BONIN
ROLF HERMANN ERDMANN

SUMÁRIO

1. **Introdução**
1. **Abordagens teóricas sobre sustentabilidade.**
2. **O desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento de regiões.**
3. **Gestão do território urbano e a preocupação com os impactos ambientais**
4. **O desenvolvimento das potencialidades como gerador de desenvolvimento regional.**
5. **Algumas evidências empíricas.**
6. **Considerações finais e encaminhamentos.**
7. **Referências**

1 INTRODUÇÃO

Frequentes transformações no âmbito do espaço geográfico geradas por avanços tecnológicos e a intervenção estatal nas áreas de saneamento básico, educação e saúde, configuram-se num movimento de resposta do Estado à crescente deterioração nas condições de vida da população. Os fatores indutores da ação do Estado na questão saneamento e saúde situam-se no difuso limiar marcado pelas elevadas taxas de mortalidade infantil e pelas crescentes demandas populares. As defasagens acumuladas na apropriação de serviços de consumo coletivos não só são incompatíveis com o nível de desenvolvimento atingido pelo país, mas são questionadas pelos organismos internacionais.

O desafio imposto aos estudos sobre as populações e suas regiões, quer no âmbito ambiental ou geográfico, impõem ao Estado e à sociedade como um todo, a adoção de ações mais eficazes.

Percebe-se que as administrações tem apresentado carência no trato de problemas regionais, e sobretudo, os conduzem de forma dissociada de uma política de desenvolvimento nacional sustentado. Tal perspectiva soma-se à importância de um tema tão relevante que propiciará a oportunidade de avaliar as experiências aqui relatadas em face à novas formas de conduzir as ações que dizem respeito ao desenvolvimento das regiões.

Estima-se que as discussões apresentadas possam esclarecer e subsidiar e estudos futuros, bem como constituir instrumentos de apoio à decisões no âmbito das administrações públicas regionais

2 Abordagens teóricas sobre sustentabilidade

A interveniência dos poderes constituídos e o resgate da cidadania e da democracia desencadeiam um processo de valorização da função política, bem como necessitam de um aprimoramento. Sob este aspecto considera-se que algumas discussões que perpassam estes temas, no âmbito contextual devem se fazer presentes, como a economia e o desenvolvimento de forma sustentável.

A economia atual, salienta Capra (1999), ainda se caracteriza pelo enfoque reducionista e fragmentado, uma forma comum das ciências sociais. Os economistas também têm essa visão ao considerarem a economia sob um caráter isolado e dissociado de todo contexto ecológico e social. Por sua vez, a ciência social acabou por compartimentalizar o que deveria ser uma composição em interação contínua, dedicando seu estudo a departamentos universitários separados. Dessa forma, permitiu que emergissem problemas sociais e ambientais cada vez mais críticos para o bem estar da sociedade, tais como a miséria e a pobreza, o desemprego, a devastação de solos produtivos, a poluição das águas e do ar, entre outros.

O entendimento anterior de que os sistemas são compartimentos separados, em que cada qual determina seus objetivos negligenciando as interações existentes, desencadeou processos que apontavam multidireções. A valorização exagerada do sistema econômico financeiro levou algumas pessoas a tomarem decisões cuja individualidade de alguns sobrepunha as vontades da coletividade.(BONIN, 2001) O sistema capitalista desencadeou um consumismo exacerbado, desconsiderando suas conseqüências.

Um marco significativo no avanço das soluções para a poluição ambiental e o desenvolvimento sustentável foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano realizada em Estocolmo, em 1972. Esta conferência, comenta Junqueira (2000), dá origem a um processo de expansão e gestão dos problemas ambientais através da criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, conquistando espaço nas esferas regional e nacional.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - UNCED (mais conhecida por “Rio-92” ou “Eco-92”), relatada por Martins (1997) gerou dois importantes documentos: a Carta da Terra e a Agenda 21 (documento firmado pelos países durante a conferência). A Agenda 21 é um documento que traça as diretrizes para a operacionalização dos programas que visam a redução da poluição. Martins (1997.) aponta que a Agenda 21 apresenta temas como pobreza, crescimento econômico, industrialização e degradação ambiental. O documento propõe uma série de ações, objetivos, atividades e meios de implementação, dos quais participam os mais diversos segmentos de uma sociedade. No âmbito mundial, os ambientalistas são convocados a incorporar em suas discussões o desenvolvimento sustentável.

A proposição de intervir no processo de desenvolvimento econômico e direcioná-lo, conciliando eficiência econômica, desejabilidade social e prudência ecológica, de acordo com Junqueira (2.000), passa a ganhar adeptos de forma generalizada, sendo este processo denominado desenvolvimento sustentável. No entanto, pairam divergências não somente relativas ao entendimento dessa expressão, decorrentes de incontáveis conceituações e diferentes interpretações do termo, como também quanto ao entendimento do paradoxo crescimento econômico \times meio ambiente. A expressão desenvolvimento sustentável é definida por este relatório (CMMAD, 1991, p.46) como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades”. Outro conceito de desenvolvimento que se destacou é a de Amartya Sen (apud JUNQUEIRA, 2000, p. 121) – “o desenvolvimento como liberdade”. Sob essa ótica, o desenvolvimento deve estar relacionado com a melhoria de vida das pessoas e da liberdade que

desfrutam. De acordo com Junqueira (Id.), atualmente, o dilema do desenvolvimento sustentável é a necessidade de harmonizar a expansão e consolidar suas bases políticas, e convertendo-as em alternativas para o modelo de desenvolvimento econômico vigente. Inclui também, este dilema, a exigência da sociedade organizada, aliada ao entendimento de que o desenvolvimento sustentável é um processo global e complexo, que transcende as fronteiras normais que limitam os países, transformando-se numa única bandeira.

Os estudos sobre a sustentabilidade do planeta têm evidenciado cada vez mais a responsabilidade dos países desenvolvidos em terem que adotar um modelo de desenvolvimento sustentável especialmente nestes dois últimos séculos, frente à situação que se configura. Os dados estatísticos recentemente levantados, apontam que os EUA, com 258 milhões de habitantes, poluem muito mais o meio ambiente do que a China, com 1,2 bilhão de habitantes, provando que a poluição é consequência do modo de produção e vida da população, mais do que seu número. Algumas iniciativas para atenuar o consumismo exacerbado esbarram nos interesses nacionais, que encaram o aspecto econômico como o único caminho para a competitividade e sustentabilidade do poder, perante os países periféricos. Com isso fica cada vez mais distante a possibilidade de se ter um planeta mais solidário com as causas coletivas.

A ocupação dos espaços territoriais pelo homem teve, muitas vezes, como único sustentáculo do desenvolvimento desejado, o meio ambiente, que foi através dos tempos recebendo os mais diversos tipos de agressões e se deteriorando. Este ambiente configurado, hoje, suscita uma reversão desse processo para que possa se tornar sustentável, e capaz de proporcionar melhor qualidade de vida às pessoas que dele dependem.

1. .O desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento de regiões

Os estudos sobre populações e a ocupação dos espaços territoriais exigem metodologias de análise que contemplem as questões ambientais, sociais e econômicas, a demografia, de forma interdisciplinar, pois qualquer debate excluindo um ou outro, reforçam o desenho fragmentado e analítico da realidade. Por exemplo, as dinâmicas superficiais das encostas e mangues se distinguem dos tempos e territórios das formações vegetais e dos grupos animais, que por sua vez, desdobram-se, ainda, em subdivisões de especialização e, conseqüentemente, subdivisões tempo-espaciais, também interligadas à dinâmica humana.

A ordenação das atividades econômicas ressaltadas por Carvalho (1979), vem representando, modernamente, uma das responsabilidades básicas do Estado, com a participação ou não dos agentes produtivos privados. Essa participação em seu processo evolutivo, ganhou importância e fez com que, de forma contributiva, emergisse um desenho próprio de atuação do Estado, em suas variantes fundamentais de Estado capitalista e de Estado socialista.

Com o surgimento recentemente de foruns de gerenciamento regional/territorial, fomentando discussões sobre quais diretrizes estabelecer para nortear as ações sobre as questões em destaque, tem mobilizado atores dos mais diversos segmentos. Acredita-se que somente através da participação destes agentes representativos das comunidades mobilizar-se-ão as competências e recursos necessários para empreender iniciativas de desenvolvimento territorial.

Nesse sentido Raud (1999) citando Aydalot, ressalta que o espaço não é neutro, ele não se deixa implantar passivamente. É a localização econômica que depende dele para se instalar. Esta questão requer maiores fundamentos, já que, constitui-se de natureza complexa e de difícil condução.

2. Gestão do espaço territorial e a preocupação com os impactos ambientais

Um desenvolvimento territorial equilibrado e sustentado afirma Raud(1999), requer diferentes ações, como a valorização do conjunto do território, uma boa distribuição populacional, como também das atividades econômicas, evitar concentração excessiva que possam gerar efeitos negativos.

O crescimento do setor de bens e serviços ante o setor de produção, provocando novas demandas e modificando o papel do Estado, é que gera a contradição. O Estado deve atender as comunidades, cuja existência, não estando organizada pela produção de mercadorias, tende a ser um forte elemento de desestabilização social e política. Para Raud (1999) a legitimação da ação estatal depende basicamente da capacidade do Estado de responder às demandas sociais, tornando-se um excelente administrador e interventor para manter a acumulação, a reprodução e suportar o peso da contradição entre a esfera da produção e as esferas exteriores à produção.

Além de suas funções tradicionais, o Estado tem adquirido uma presença crescente no setor industrial, infra-estrutural e energético. O Estado assume papel de articulador da sociedade, independente de sua condição de suporte de certas relações de dominação, adotando o papel de fiador de relações sociais. Embora nem sempre identificado como alvo direto da mobilização coletiva, o Estado tem funcionado como propulsor dos avanços das soluções dos problemas territoriais, principalmente em decorrência da sua inoperância ou omissão na área de fornecimento de serviços coletivos.

A intervenção estatal nas áreas de saneamento básico e saúde, se configura num movimento de resposta do Estado à crescente deterioração nas condições de vida da população. No processo que determina a emergência de uma ação coletiva organizada, estão envolvidos diversos aspectos: a sua base social, os “agentes externos”, assessores ou “articuladores sociais”, os valores de referência, a noção de carência e necessidade e a concepção de transformação social.

Inerente ao processo que determina a emergência de uma ação coletiva organizada, estão envolvidos diversos aspectos: os agentes externos, como as instituições de fomento, os articuladores do desenvolvimento, os temas relevantes, a noção de carência e necessidade e a concepção de desenvolvimento sustentável.

A base do desenvolvimento concentra-se no setor produtivo, cujos processos estão alicerçados em economias de escala em contínuo incremento. Novas cadeias produtivas darão outra configuração às formas políticas industriais e às estratégias do século XXI. “Os industriais que vislumbram as boas perspectivas com mais facilidade, serão capazes de empreenderem iniciativas em programas de pesquisa e desenvolvimento, aquisições e novos projetos que podem ser entendidos por concorrentes e acionistas” (PAULI, 2000, p.115). Nesse sentido, reveste-se de importância a presença de atores que definem as políticas regionais, no sentido de canalizar competências requeridas para a viabilização de empreendimentos que alavanquem de forma sustentada o desenvolvimento da região considerada. Ações desta natureza sublinha Pauli (1996), garantem a possibilidade de corporações converterem uma vantagem competitiva numa vantagem sustentável. Isso ganha importância se for considerado que as comunidades poderão projetar empregos de produção para o futuro, o que não se fez nas últimas cinco décadas, como ressalta o autor.

A capacidade da sociedade liderar e conduzir o seu próprio desenvolvimento regional, condicionando-o à mobilização dos fatores produtivos disponíveis em sua área e ao seu potencial endógeno, traduz a forma de desenvolvimento denominado endógeno. Pode-se identificar duas dimensões no desenvolvimento regional endógeno. A primeira econômica, na qual a sociedade empresarial local utiliza sua capacidade para organizar, da forma mais produtora possível, os fatores produtivos da

região. A segunda socio-cultural, onde os valores e as instituições locais servem de base para o desenvolvimento da região (Vázquez Barquero, 1988).

Destaque-se que o processo de conscientização da sociedade quanto aos danos causados ao meio ambiente pela produção e consumo de produtos e serviços, é fortemente impulsionado pelas informações veiculadas diariamente, pelos meios de comunicação e instituições de pesquisa, os quais chamam atenção para problemas que o mundo deverá enfrentar em um futuro próximo, diante da escassez de água, do aquecimento global, de doenças em rebanhos, entre outros.

5. O desenvolvimento das potencialidades como gerador de desenvolvimento regional.

As comunidades no mundo, vêm pressionando os governos no sentido de se criarem novos empregos. Segundo Pauli (1996), as estatísticas demonstram um considerável número de profissionais egressos de universidades que estão buscando empregos influenciando fortemente os agentes econômicos e gestores de políticas governamentais. Diante da situação, aos governos regionais, estaduais não resta outra alternativa, do que estabelecer políticas e diretrizes que visem o atendimento, senão em sua totalidade, mas em parte dessas necessidades. O surgimento de novos conglomerados industriais poderão oferecer às regiões e cidades agregadas oportunidades de canalização de investimentos, suprimindo também necessidades de infra-estrutura, na medida em que atrair companhias específicas orientadas para esta perspectiva. A falta de desenvolvimento social, no mesmo ritmo do crescimento econômico, cria uma situação instável politicamente.

Muitas regiões ricas enfrentam situações problemáticas na condução de um desenvolvimento voltado para a visão sistêmica e tentam corrigir este processo de desenvolvimento, que deveria ter sido conduzido simultaneamente em todas as áreas pois a qualidade de vida das populações mais favorecidas economicamente, também depende da qualidade de vida do restante da população.

Tentativas no sentido de desenvolver um planejamento em escala nacional, como destaca Carvalho (1979), foram efetuadas, mais em termos técnicos do que de arranjo institucional, apresentado resultados muito tímidos. Nesse sentido Raud (1999, p.191) acrescenta que “historicamente, a formação do território brasileiro levou à constituição de um arquipélago e à formação de regiões com estruturas socioeconômicas muito contrastadas”. Motivo que levou o presidente Vargas a empreender a integração econômica nacional, cujo propósito era possibilitar o processo de industrialização. Esta política se desenvolve, e no período de 1956-1960 acontece o Plano de Metas do Governo Kubitschek, que segundo Raud (1999), destaca as infra-estruturas a fim de reduzir os gargalos de estrangulamento.. Em 1959 é criada a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, mudando de forma significativa a percepção de pobreza dessa região. Nos anos 60, ressalta a autora, com a instauração do sistema autoritário, reforçou o poder central em detrimento do poderes regionais. Entendiam que as desigualdades sociais era inevitável e eram consideradas como preço do progresso a ser pago.

Acreditava-se que a ocupação de terras virgens do Oeste era imprescindível para a integração nacional e consistia em uma questão de seguridade nacional. Por conta deste imperativo, criaram-se organismos para acelerar a integração regional, a exemplo da SUDENE, vieram Superintendência da Amazônia – SUDAM, Superintendência do Desenvolvimento Econômico – SUDECO, Superintendência do Desenvolvimento da região Sul – SUDESUL. “Estes transformaram-se em instrumentos de difusão da política nacional”. (RAUD, p. 192).

A análise e reflexão que pode ser feita diz respeito ao que a política regional brasileira se orientou pelo paradigma conhecido por “de cima para baixo” (.HADDAD *apud* RAUD, 1999, p.194). Esse entendimento é traduzido pelo o crescimento de alguns setores considerados pólos dinâmicos, e se

difundem a outros setores, à outras empresas e às outras regiões do país. As experiências francesa e italiana, tem sido um referencial para as prefeituras e outros dirigentes.

A administração do desenvolvimento em escala regional, como preconiza Carvalho (1979), devido as características multifacetadas, que devem ser seguidas em determinado contexto, constitui um desafio oneroso e complexo.

6. Algumas evidências empíricas.

O processo de colonização e desenvolvimento do Brasil, como ressalta (FURTADO *apud* RAUD, 1999), possibilitou que as regiões litorâneas e portuárias concentrassem significativamente as atividades econômicas e a aglomeração espacial da população. As Bandeiras foram uma tentativa de povoar o Oeste, na procura do ouro, entretanto, suas expedições foram temporárias. Raud (1999) enfatiza que “a ocupação e a valorização do território brasileiro caracterizam-se essencialmente por uma concentração da população e das atividades no litoral”.

As estratégias de desenvolvimento utilizadas pelo Brasil se inspiraram nas as idéias da Revolução Industrial européia, que se valeu das zonas rurais para o suprimento de mão-de-obra, matéria-prima, alimento barato e mercado para os produtos industrializados. E o desenvolvimento acaba por se traduzindo como um processo de urbanização e industrialização.

A planificação regional sublinha Raud (1996, p.243), “longe de ter uma função subalterna ou decorativa, é, então, um dos aspectos fundamentais da política de desenvolvimento(...) no Brasil, ela permitiu a integração do mercado nacional e a propagação de relações de produção modernas”. Mesmo tendo adotado um modelo de desenvolvimento voltado para a urbanização e industrialização, o Brasil, sublinha Raud (1999) possui meios de implementar uma estratégia de industrialização descentralizada. É o caso de reforçar os sistemas produtivos localizados como tem-se o pólo industrial do Vale do Rio dos sinos, configurado ao redor de novo Hamburgo(RS), que agrupa muitas empresas do setor calçadista e produtos correlacionados. Este processo é semelhante ao que foi desenvolvido em Blumenau ou São Bento em Santa Catarina, ma medida em que a matéria-prima e mão-de-obra qualificada estejam disponíveis. Cita-se também a região de Franca, que abriga centenas de empresas de calçados; em Americana, o setor Têxtil e do vestuário. A cidade de Itu, situada a cem quilômetros de São Paulo, centraliza a produção de cerâmica vermelha, devido à disponibilidade de argila de qualidade.

Pode-se ainda citar muitos exemplos, ressalta Raud (1999), estes mais recentes, como o caso de Apucarana (PR), que virou pólo de boné e Petrópolis que sedia o pólo de *lingerie*. Cabe registrar a importância da cooperação e competição e as informações que as empresas trocam entre si a respeito de matérias-primas, tecnologia e processos. Além disso, a multiplicação de microempresas, foi decorrência de problemas estruturais e conjunturais, e pela crise vivenciada pelo Brasil na década de 80. O modo de produção e a aparição de tecnologias mais flexíveis, aliados ao grande incentivo do governo, influenciaram fortemente para o aumento do número de microempresas. A autora ressalta que surgiu nestes pólos uma intensa economia informal. As grandes empresas e as oficinas clandestinas constituem formas complementares de organização da produção. (ASSOULINE *apud* RAUD,1999).

A experiência italiana e os numerosos estudos, devido à importância assumida pelas pequenas empresas na economia nacional, de emprego, de produção e de exportação estimularam pesquisadores brasileiros a buscarem subsídios para fomentarem o desenvolvimento de regiões com problemas críticos de geração de renda e empregos. Uma contribuição significativa, foi a proposta por Becattini citada por Raud (1999), mostrou que as Pequenas e Microempresas - PMEs estavam sediadas em

sistemas produtivos especializados e aplicou o conceito de “distrito industrial”. Essa constatação reveste-se de importância, dado que a análise volta-se não para a pequena empresa, mas para a rede interconectada e geograficamente delimitada que ela forma com as outras. O trabalho de caracterização e censo dos distritos italianos não foi uma tarefa fácil, pois os critérios utilizados para a determinação não são os mesmos para todos os autores.

O Brasil, caracteriza-se por uma diversidade muito grande de culturas e de clima, dificultando, sobretudo, adotar aquele ou este modelo. Alguns esforços estão sendo empreendidos no sentido de levantar dados e informações e de buscar alternativas viáveis que alavanquem o desenvolvimento das regiões que apresentam baixo fluxo de riquezas. Santa Catarina, através do Instituto Euvaldo Lodi, ligado à Federação das Indústrias do Estado, conta com um grupo de estudo e já vem implantando, metodologias desenvolvidas pelo grupo, buscando mobilizar os atores locais na busca de alternativas promissoras.

Ressalte-se, também, o trabalho da professora Cécile Raud, que de forma interdisciplinar, aborda o tema com sensibilidade e rigorosa combinação de conceitos de economia, sociologia e geografia e com profundidade analisa as razões históricas e estruturais que distinguem o processo de industrialização dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

7. Considerações finais e encaminhamentos

Pelo exposto neste trabalho, observa-se que as políticas vigentes não contemplam de forma eficiente os projetos que promovam o desenvolvimento regional sustentado, e monitorem as regiões que apresentam um desenvolvimento desordenado, onde os conflitos urbanos já são incontroláveis, situação vivenciada pelos grandes centros urbanos brasileiros. Urgem ações que promovam o bem estar das populações rurais possibilitando a redução do êxodo rural, causa principal do aumento dos bolsões de pobreza dos grandes centros. Em sentido congruente as comunidades que vivem nas grandes cidades devem ser mobilizadas para que, de forma participativa, contribuam com propostas alternativas de soluções dos problemas. Desta feita, em consonância com as políticas do Estado, promovam a qualidade e a valorização da vida dos cidadãos.

Este trabalho constitui uma primeira etapa de um todo que se desdobrará em uma metodologia para identificar vocações industriais regionais que promovam o desenvolvimento regional para regiões que apresentam baixo fluxo de riqueza, índices altos de analfabetismo, condições sociais precárias, e outros fatores que ficarem evidenciados no estudo.

O desenvolvimento regional ganha considerada expressão, pois forma-se a partir de um elemento de uma cadeia, que é a família, estendendo-se para a circunvizinhança e num âmbito maior, alcançar os limites nacionais. Adicionalmente, para as administrações municipais este trabalho, numa avaliação inicial, constitui-se no suporte técnico, que os gestores das cidades poderão utilizar para orientar suas ações e como apoio para tomada de decisão, tornando-a confiável; pois tão importante quanto ter uma informação, é poder confiar que esta seja consistente.

Alguns encaminhamentos que são possíveis vislumbrar apontam para estudos que no futuro poderão acontecer, contemplando as questões relativas às relações na gestão empresarial, na gestão pública interrelacionadas, bem como, os aspectos que privilegiem os cidadãos suas relações sociais ,em harmonia com o ambiente, não somente os resultados obtidos através dele.

O papel a ser cumprido pela sociedade e pelo Estado em todos os âmbitos, assume-se como um fator de máxima importância, no que tange a reverter posturas tradicionalmente aceitas de defesa de interesse

políticos e econômicos de minorias, e haja mais espaço para a promoção e valorização dos cidadãos e dos locais onde estão inseridos, mantendo a identidade e buscando qualidade de vida.

3. Referências

BONIN, Maria Albertina Schmitz. A influência da variável ambiental na produtividade da indústria têxtil de Santa Catarina – O Caso Cia. Hering-Itororó. 162p Florianópolis. 2001. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**: uma nova compreensão dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1996.

CARVALHO, Otamar de. **Desenvolvimento Regional: um problema político**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

COMISSÃO MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO – CMMAD. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

JUNQUEIRA, Rodrigo Cravina Prates. Agendas sociais: desafio da intersectoriedade na construção do desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 6, nov./dez. 2000.

PAULI, Gunter. **Emissão zero**: a busca de novos paradigmas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996)

RAUD, Cécile. **Indústria, território e meio ambiente no Brasil**: perspectivas da industrialização descentralizada a partir da análise da experiência catarinense.

SOUZA FILHO, **Desenvolvimento regional endógeno, capital social e cooperação**. Disponível em [Http://www.ppga.ufrgs.br](http://www.ppga.ufrgs.br). Acesso em 25/05/2002.

VÁZQUEZ BARQUERO, Antônio. **Desarrollo local**: una estratégia de creación de empleo. Madrid, Ed. Pirámide.1988.